

Economia Brasil

SERVIDOR QUE RECEBE MAIS DE R\$ 1.300 PAGARÁ 15%. DESCONTO DE APOSENTADO SERÁ EQUIVALENTE

PREVIDÊNCIA NÃO MUDA PARA QUEM GANHA POUCO

Regina Alvarez

Da equipe do **Correio**

Olvo já havia sido definido em discurso do presidente Fernando Henrique. Funcionários públicos com altos salários vão pagar boa parte da conta do ajuste. Agora, a equipe econômica encontrou uma fórmula criativa de viabilizar esse objetivo e facilitar a aprovação, pelo Congresso, do aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos. O reajuste será em cascata e, com isso, vai pagar mais quem ganha salários maiores.

Os funcionários que recebem até 10 salários mínimos continuarão com o desconto de 11%, que vai incluir também os aposentados com essa renda. Já aqueles que ganham mais, estejam aposentados ou não, pagarão uma alíquota de até 15%. A equipe ainda está decidindo se estabelece uma ou duas faixas de contribuição.

O aumento da contribuição previdenciária depende de lei complementar e pode vigorar 90 dias depois da aprovação do projeto pelo Congresso. O governo espera aprovar o pacote fiscal em novembro e, com isso, passaria a receber esses recursos a partir de fevereiro. Serão entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões de receita

adicional necessária para atingir a meta de superávit primário (receitas maiores que as despesas, exceto os gastos com juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas em 1999.

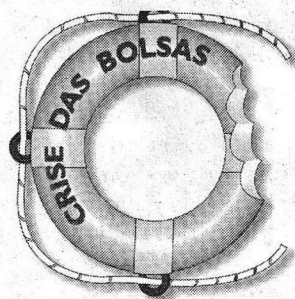
O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anuncia esta semana as medidas do ajuste fiscal e sabe que vai enfrentar uma dura batalha no Congresso para aprová-las, especialmente a contribuição dos inativos, já rejeitada outras vezes. Mas a lógica da equipe econômica baseia-se na Constituição. O artigo 40, parágrafo quarto, estabelece que os servidores aposentados têm direito a todos os benefícios dos funcionários públicos que estão na ativa. Reajuste de salário e qualquer outra vantagem.

Direitos iguais, deveres iguais, diz o senso de justiça. A Previdência dos servidores públicos é uma das principais causas do rombo nas contas públicas. Eles contribuem com cerca de R\$ 3 bilhões e recebem em torno de R\$ 21 bilhões, o que resulta numa diferença de R\$ 18 bilhões coberta com recursos do Tesouro. Isso acon-

tece principalmente porque os servidores públicos recebem salários integrais e não contribuem com um só tostão para a Previdência.

A distorção coloca esses funcionários, principalmente os aposentados, em situação de ampla vantagem em relação ao conjunto dos trabalhadores. O sistema estimula, inclusive, as aposentadorias precoces, acreditam os técnicos envolvidos na preparação do pacote fiscal. Quem se aposenta no serviço público hoje recebe um adicional de cerca de 20%, fazendo com que o salário fique mais alto do que o do servidor da ativa. E com a aposentadoria cessa a contribuição previdenciária.

Para corrigir esses desvios, o governo pretende encaminhar no ano que vem ao Congresso um novo conjunto de emendas à Constituição. Uma delas deve limitar o teto das aposentadorias do servidor público a R\$ 5 mil. É o que considera justo financiar baseado na realidade dos salários no Brasil. E com base no que ocorre inclusive nos países desenvolvidos.



Wanderlei Pozzembom 20.08.97



Malan: em depoimento marcado para quinta-feira no plenário do Senado vai explicar as medidas do pacote fiscal